

UMA APRECIÇÃO GERAL AOS INVESTIMENTOS PORTUGUESES NO BRASIL

JOAQUIM RAMOS SILVA¹

Realizado em Setembro de 2005, o questionário do ICEP Portugal – Delegação em São Paulo, aos investimentos portugueses no Brasil é mais um passo em frente no conhecimento deste poderoso processo bilateral (que, aliás, tem correspondência no número crescente de empresas brasileiras que investem em Portugal), particularmente desde há dez anos, envolvendo centenas de empresas e cerca de vinte milhares de milhões de dólares de investimento bruto.

Como não podia deixar de ser, atendendo a que se trata de um movimento recente, os resultados de 2005 põem em evidência novos aspectos da presença de empresas portuguesas no Brasil.

Neste sentido, quero começar por destacar que, segundo dados do BCB - Banco Central do Brasil, utilizados como base do Directório de Empresas pelo ICEP-São Paulo, é agora possível identificar 666 empresas brasileiras com capitais portugueses, número claramente acima do que tinha sido detectado em pesquisas e estimativas anteriores (nomeadamente em 2001 e 2003)².

Outro facto que importa sublinhar, desde logo, é que os investimentos portugueses no Brasil são responsáveis em 2005, segundo a última estimativa do ICEP - São Paulo, por 110 mil empregos directos no Brasil, satisfazendo assim um dos objectivos mais importantes que as autoridades locais esperam do investimento estrangeiro.

Um dos aspectos mais interessantes também revelados, é uma distribuição regional algo diferente da que se conhecia anteriormente. Com efeito, embora o Estado de São Paulo continue a abrigar o maior número de subsidiárias portuguesas com 29,6% do total, os Estados do Nordeste, e em particular o

¹ Professor do ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, UTL - Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

² Ver Silva, 2002b; Costa, 2003; Silva, Fernandes e Costa, 2003; ICEP, 2004a,b.

Ceará (que ocupa agora o 2º lugar à frente do Rio de Janeiro) têm claramente uma parte mais significativa do conjunto, com 43,2% do total. Vários motivos estão na base desta evolução, mas não é difícil assinalar dois: a entrada em força no processo das empresas ligadas ao turismo nos últimos anos – a hotelaria representa agora cerca de um décimo do total de empresas instaladas e reforça o peso do sector dos serviços nestes investimentos -, as quais encontraram um clima muito propício nesta Região, e as políticas activas dos Estados do Nordeste com vista a atrair capitais portugueses.

Entretanto queremos salientar, que a instalação das empresas portuguesas no Brasil, obedeceu a momentos diferenciados de investimento português, com determinantes e perfis de internacionalização distintos, pelo que os três períodos de instalação das empresas portuguesas no Brasil, destacados na análise das respostas das empresas (1964-1995; 1996-2001; 2002-2005), no nosso entendimento, foram bem escolhidos.

QUADRO 1 – IDE português no Brasil de 1995 a 2005 (milhares de euros)

Ano	Crédito (+)	Débito (-)	Saldo
1995	-	23.553	-23.553
1996	2.315	290.925	-288.610
1997	45.299	619.649	-574.347
1998	243.139	4.325.070	-4.981.929
1999	1.915.283	3.416.418	-1.591.139
2000	916.256	3.842.645	-2.926.388
2001	1.157.114	2.279.265	-1.122.146
2002	3.290.117	1.248.148	2.041.971
2003	321.080	321.413	-335
2004	98.244	286.431	-188.188
Total €	7.988.847	16.653.517	-8.664.664
Total US\$*	9.936.527	20.713.644	-10.777.109

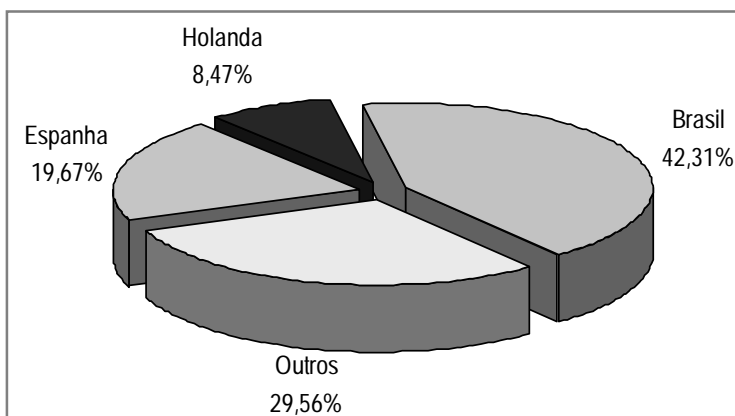
Nota: Total em dólares = Total em euros x taxa média de conversão US\$/euros em 2004 (1,2438)

Fonte: SILVA, Joaquim Ramos, A internacionalização das empresas portuguesas: a experiência brasileira, RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, p. 102-15, FGV - Fundação Getúlio Vargas, 2005./a partir de dados do Banco de Portugal.

Em primeiro lugar, tem-se o período muito relevante de 1996-2001, quando consultando-se as séries históricas sobre o IDE - Investimento Directo Estrangeiro do Banco de Portugal, verifica-se que o investimento português no Brasil é particularmente expressivo neste período, quando foram investidos 14,8 mil milhões de euros, em termos brutos e 10,5 mil milhões de euros, em termos líquidos.

Ainda, Portugal e Espanha lideraram um movimento de capitais europeus de grande expressividade na América Latina, suplantando claramente os capitais de origem norte-americana. Portugal situou-se em quinto lugar no Brasil entre os investidores estrangeiros, foi o maior investidor externo *per capita* e o Brasil absorveu 42 % do *stock* do IDE português no exterior conforme o gráfico a seguir (Silva, 2005).

GRÁFICO 1 - Stock de IDE português no exterior: fluxos líquidos acumulados (1996-2001)



Fonte: SILVA, Joaquim Ramos, A internacionalização das empresas portuguesas: a experiência brasileira, RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, p. 102-15, FGV-Fundação Getúlio Vargas, 2005. /a partir de dados do Banco de Portugal.

Dá-se também neste período o processo das grandes privatizações das empresas brasileiras, com investimentos significativos especialmente na área das concessões (telecomunicações, água, electricidade), em que Portugal ocupou o terceiro lugar, bem como a entrada de muitas grandes empresas e PME's que



encetam processos de internacionalização, seguir os clientes portugueses é necessário. O sector empresarial português de construção e da indústria de equipamentos passa igualmente a estar muito representado no Brasil, como também se dá a vinda de empresas ligadas a importantes sectores de ponta, como as tecnologias de informação, os plásticos e os moldes.

Um segundo período correspondente ao imediatamente anterior (1960-1995), caracteriza-se pelos investimentos de um número reduzido de empresas que isoladamente se foram estabelecendo no Brasil.

Finalmente tem-se um terceiro período, que decorre de 2002 até à actualidade, onde os fluxos de IDE oriundos de Portugal não são tão vultuosos, mas existe uma grande quantidade de pequenos e muito pequenos investimentos. Cerca de um terço das empresas refere ter-se instalado no período 2002-2005, este número não deixa de nos interpelar se se tiver em conta os baixos valores do investimento directo português no Brasil, segundo os dados oficiais do Banco de Portugal. A explicação principal para esta aparente contradição parece residir no facto das empresas portuguesas se estarem a financiar mais através de fontes locais (tal como de resto, as empresas que já estavam instaladas há mais tempo que também utilizam para este mesmo fim os lucros reinvestidos, nem sempre contabilizados pelo BP), e recorrerem aos estímulos que lhes são concedidos pelos poderes públicos brasileiros.

Por outro lado, com a generalização do processo, aumentou o peso das empresas mais pequenas em relação ao das grandes empresas e grupos económicos que foi timbre dos primeiros anos pós-1995. Reconheça-se que a desvalorização do real em 1999 e a manutenção de um câmbio baixo, designadamente para o euro a partir de 2002, criou condições mais favoráveis para as pequenas empresas, por exemplo ligadas ao turismo, em geral com menores capacidades financeiras, mas cujo dinamismo não é de subestimar.

As constatações anteriores mostram-nos a importância deste tipo de projecto do ICEP - São Paulo, a fim de conhecer melhor a realidade das empresas portuguesas no Brasil, pois uma análise superficial apenas baseada em dados macro podia conduzir-nos a conclusões erradas sobre o período considerado.

A melhoria clara da conjuntura económica brasileira nos últimos dois anos reflecte-se inteiramente nas perspectivas das empresas portuguesas, verifican-

do-se, de uma forma geral, um aumento do volume de negócios e dos lucros e o reconhecimento de que se encontram numa fase de expansão, sobretudo de 2003 para 2004 e com boas perspectivas em 2005.

Para a maioria das empresas que se instalaram na fase de arranque do processo actual (57,8% das respondentes vieram em 1996-2001) trata-se de uma importante recolha dos benefícios gerados pelos riscos que aceitaram correr na fase menos favorável e mais complexa da economia brasileira que decorreu de 1999 a 2003.

No que diz respeito à internacionalização, verifica-se que 48% das empresas tem apenas presença no Brasil, contra 52% que estão internacionalizadas em pelo menos um segundo país. Não é portanto negligenciável o número daquelas que actuam também noutros países, sendo de referir que 13,8% se encontram em mais de cinco países.

Entretanto para 80,1% das empresas respondentes, as subsidiárias brasileiras contribuem até 25% do volume total de negócios do grupo. Estes valores terão de ser analisados à luz do facto que a internacionalização das empresas portuguesas é um fenómeno ainda recente e que muitas delas começaram precisamente pelo Brasil.

Outro resultado que, não sendo novidade, é importante ressaltar aqui, diz-nos que quase dois terços das subsidiárias não tem importações de Portugal (63,9%). Embora, como se sabe, uma grande parte do investimento no estrangeiro actual não tenha correspondência no comércio, designadamente no país de origem, e tenha outras causas, este facto põe em evidência as transformações que são necessárias para tornar competitivo o sector exportador português.

Estes são apenas alguns exemplos do potencial de informação que o estudo contém e que, a partir de agora, estão disponíveis para os analistas e investigadores que se debruçam sobre esta pujante relação bilateral.

Observemos ainda que tanto o Directório das Empresas, como a solidez das respostas ao questionário lançado mostram como - após dez anos de ininterrupto fluxo, que assumiu diversas formas, designadamente em termos de financiamento, e sobreviveu em vários contextos - já se ultrapassou a questão, tantas vezes colocada, da sustentabilidade destes investimentos, que ad-



quiriram uma dimensão estratégica indesmentível para as empresas portuguesas, sobretudo se pensarmos em termos da sua internacionalização. Neste aspecto, não deixa de ser significativo que à questão “se voltaria a investir hoje no Brasil”, 96,3% das empresas tenham respondido afirmativamente.

O questionário realizado pela Delegação do ICEP de São Paulo, em Setembro de 2005, veio revelar novos aspectos e confirmar outros sobre os investimentos portugueses no Brasil, mostrando-nos que é necessário avançar, através de um estudo de base científica, continuado e sistemático, na via da melhoria do conhecimento desta relação de grande alcance estratégico, que vai muito para além do mero número das empresas ou dos montantes envolvidos.